

## Recensão

### **A legitimação da política interna como factor de intervenção de Portugal na I Guerra Mundial**

O Poder e a Guerra, 1914-1918

Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra

Nuno Severiano Teixeira

1996, Editorial Estampa

Lisboa, 418 pp.

ANTÓNIO PEDRO VICENTE

Professor Catedrático

FCSH/UNL

Pensar e escrever sobre o estudo elaborado por Nuno Severiano Teixeira para adquirir o seu doutoramento em Florença (Instituto Universitário Europeu), obriga-nos a penetrar directamente nos meandros do período histórico em que decorre a I República, quimera tão desejada e tão gorada nas suas realizações. A participação portuguesa na I Grande Guerra – o mais mortífero, estúpido e anacrónico conflito a que o mundo assistiu nos últimos séculos – só pode entender-se no seio da confusa situação em que o novo regime, longe de se impor, o que aliás jamais conseguiu, procura desesperadamente um caminho que justifique a recente e abrupta mudança. A morte do rei e do seu herdeiro em 1908 e a queda do regime, em 5 de Outubro de 1910, deixara marcas. As promessas reiteradas durante decénios de que tudo mudaria e os males seriam sanados, não se cumpriam. O mais poderoso partido da República, com Afonso Costa no comando, poderoso e carismático perante um povo carente e ansioso que amplamente avalizara a mutação, via o tempo passar e pouco ou nada resolvido. Os monárquicos hostilizados e cuidando das suas armas para readquirir os seus privilégios e a Igreja Católica vigiada e controlada de forma pouco consentânea com os sentimentos de grande parte da população, mais adensavam a convulsão social. Muitas leis foram então promulgadas, justas no seu conteúdo, tentando contribuir para a transformação aceite como necessária. Umas, contudo, jamais foram impostas ou cumpridas, outras obsoletas e gravemente comprometedoras para a consolidação do novo regime. O movimento sindical, cuja acção se esperava para resolver profundas clivagens sociais, prepotências brutais, injustiças flagrantes, cedo começa a ser reprimido, causando perturbações no sector social que, somadas às convulsões religiosas, mais adensam e alimentam o gorar de esperanças de uma almejada renovação. A lei de 1913, cortando a expressão, através do voto, aos analfabetos, será contributo decisivo para abalar as estruturas possíveis de um apoio firme ao regime. A atmosfera de redenção vivida nos primeiros tempos dava agora lugar à desmobilização dos portugueses face aos ideais de fraternidade e liberdade, tão afectos aos republicanos herdeiros que eram dos ideais da revolução francesa como portadora do remédio para os males sociais. Também os dirigentes militares se começam a distanciar

do novo regime, em antagonismo marcante pressagiando as ditaduras militares que, em breve, tentarão a salvação do regime. A proliferação de partidos e a fragmentação no próprio seio dos grupos políticos cansavam os militares que, devendo servir a nação, se inclinavam, muitas vezes, para facções prodigalizadoras da desunião. Igreja, sociedade e forças armadas lavravam os protestos mais veementes e alimentavam uma atmosfera política de insegurança e falta de coesão. Acabara aquele dia que «amanheceu para Portugal com a Monarquia e terminava com o estabelecimento da República (...) Quem nos diria, então, que a soma imensa de desenganos viria, não da ideia republicana, mas dos abusos cometidos pelos republicanos» (José Relvas, Memórias, vol. I, p. 159). Efectivamente, na curta caminhada que marcou a República até ao eclodir da guerra, as inúmeras contrariedades aí contidas: invasões monárquicas, ambições desmesuradas, revoluções constantes de «salvadores», reformas justas mas repletas de timidez na sua imposição, contradições e discórdias constantes entre os chefes partidários, constituíram factores determinantes para o seu apressado declínio. Claudicava a República que Guerra Junqueiro, em presságio luminoso, não queria «doutrinária, estupidamente jacobina» mas «larga, franca, nacional, onde caibam todos» (Pátria, 1886). A unanimidade que levara João Chagas à afirmação de que a República «se proclamara em Lisboa pelas armas e se fizera no resto do país pelo telégrafo» cedo se fragmentou em miríades de questiúnculas geradoras de problemáticas acesas, fazendo antever o seu rápido e triste fim. É neste contexto que chegou a Portugal a notícia da guerra deflagrada na Europa. Nos dois anos subsequentes os governantes portugueses vão elevar o tom das discussões e preencher parte da actividade política nacional com uma polémica acesa sobre vantagens ou inconvenientes duma intervenção activa no conflito.

No livro *O Poder e a Guerra*, recentemente editado, Nuno Severiano Teixeira oferece-nos o resultado de extensa e profunda investigação nos arquivos de Portugal, Espanha, Itália, França e Inglaterra. Deve salientar-se que, no caso francês, nos seus Archives Historiques du Ministère de la Guerre, em Vincennes, arredores de Paris, se situa um dos mais importantes acervos documentais no que respeita à participação portuguesa na contenda que, então, abalou as estruturas europeias. Aí se encontra um sem-número de caixas onde se preservam fontes documentais da maior importância para a história portuguesa dessa época. No entanto, até há bem pouco, mais exactamente até à pesquisa encetada por Nuno Severiano Teixeira, esse manancial de informação permaneceu virgem a qualquer auscultação de investigadores portugueses. Aliás, esse facto não é de estranhar e está em flagrante consonância com a circunstância bem patente de, até ao presente, escassos estudos terem sido dados à luz sobre esta temática. Exceptuando algumas narrações de intervenientes na contenda, poucas num país de reduzida tradição memorialista, é efectivamente reduzido o número de estudos que de alguma forma problematizam a participação portuguesa na guerra. Recordam-se apesar de tudo os trabalhos de Ferreira Martins ou David Ferreira e, no sector das memórias as elaboradas por Hernâni Cidade, Jaime Cortesão ou André Brun. Na historiografia actual são escassos os estudos dados à luz e, mesmo esses, longe ainda de nos patentear análises profundas e alicerçadas em novos conceitos metodológicos que a ciência política e as relações internacionais ultimamente têm vindo a oferecer.

Como consequência da escassez de investigações orientadas para a participação portuguesa na Grande Guerra a historiografia europeia desconhece, praticamente, a intervenção do nosso país no conflito europeu e, no caso da historiografia francesa,

chega-se ao ponto de essa acção ser ocultada. Aí, a Grande Guerra cinge-se ao envolvimento daquele país contra a Alemanha. Mais uma razão para louvarmos o aparecimento de ensaios desta natureza que, estamos certos, abrirão não só as portas para investigações futuras como ajudarão a colmatar lacunas em que a historiografia portuguesa é fértil.

Nuno Severiano Teixeira, no estudo que, em boa hora, concluiu, faz um apelo constante às interações que advêm da consideração dos factores internos e externos do relacionamento do nosso país, ocupando-se com a observação minuciosa dos ingredientes susceptíveis de explicar as razões profundas e as causas próximas que determinam, por parte do Governo de então, uma tomada de atitude intervencionista.

Como é sabido, quando da declaração de guerra, nesse tórrido e triste Agosto de 1914, nem todos os países europeus se envolveram desde logo na contenda. A neutralidade foi declarada pelos países escandinavos. A Suíça, a Espanha e a Holanda seguiram-lhes o exemplo. Outros vieram a participar na guerra mais tarde, caso da Turquia, da Itália e dos impérios centrais – incluindo a Bulgária e a Roménia –, estabelecendo a frente dos Balcãs. Portugal entra na guerra em Março de 1916, antes da Roménia (Agosto do mesmo ano) e da Grécia (Junho de 1917). Desde há muito, a tradição tem-se mantido quando se formulam as causas da intervenção portuguesa. Não deixa de ser significativo o facto de quase dois anos decorrerem antes que a posição portuguesa se firmasse, espaço temporal aproveitado para, num clima de extensa polémica, se tentar concitar os cidadãos desavindos numa «União Sagrada» de defesa dos interesses nacionais.

A guerra que deflagrou nascera e tinha como causas profundas razões alheias à política portuguesa. As convulsões no coração da Europa, a frente dos Balcãs, os impérios centrais, Otomanos e o imperialismo germânico eram, em certa medida, um produto da consolidação das potências europeias que, ainda, nos finais do século XIX, continuavam a estruturar-se. Em Portugal havia razões fortes ou, pelo menos, justificáveis para procurar uma neutralidade. Argumentavam alguns, contrariando essa tese, que a extensão territorial africana, onde se situavam as colónias, estava em perigo. Contudo, a defesa das fronteiras africanas não implicava a intervenção de Portugal na guerra europeia. Pequeno país, subpotência, não se justificava, até então, a sua participação no xadrez político dos primeiros anos do século. Aliás, o Mapa Cor-de-Rosa, o Ultimatum, e outros problemas surgidos, por influência externa, nos últimos anos da monarquia, colocando em causa as possessões de Portugal em África, haviam sido tratados por D. Carlos quase sempre de forma conciliadora, utilizando os meios diplomáticos ao seu dispor.

A Inglaterra que, em 1914, no início da guerra, mantinha boas relações com a monarquia espanhola, tinha em conta o desequilíbrio de poderes, na Península Ibérica, no caso de Portugal alinhar com as potências beligerantes. A implantação da República agravara naturalmente as relações peninsulares. Por sua vez, a aproximação da Inglaterra a Espanha enfraquecera a aliança inglesa. No caso de Portugal intervir no teatro bélico europeu, perante a neutralidade espanhola, atenuava-se o bom relacionamento, então vivido, entre as duas monarquias europeias, continuando a velha aliança a jogar o seu papel tradicional. Além do mais, à velha aliada, enquanto país alinhado, convinha o aproveitamento das facilidades concedidas pelo país que sempre a coadjuvara nos seus interesses internacionais. Assim, era do seu interesse, naturalmente, um Portugal não beligerante mas que, simultaneamente, não adoptasse uma neutralidade equidistante, antes, não declarada e anglófila e que, simultaneamente, estivesse livre para uma acção

no quadro africano ameaçado. Alguns dos moderados da política portuguesa propuseram, então, a intervenção em África e uma cooperação discreta e oficiosa com a Inglaterra. Aliás, a beligerância não obrigava, necessariamente, à intervenção militar no teatro europeu. A mobilização de duas expedições militares para as colónias, a passagem de tropas inglesas no território de Moçambique e, até, o confronto militar com forças alemãs, em África, durante os primeiros tempos de guerra não alteraram a «neutralidade ambígua» de Portugal. Nenhuma dessas acções constituiu motivo para a beligerância. África assumia-se como teatro de operação secundário. A Inglaterra, a Alemanha e, em Portugal tanto radicais como moderados, o Governo como os seus opositores, «sabiam que a beligerância passava pelo teatro europeu» (Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra*). Aliás, é neste contexto que a historiografia portuguesa tem acentuado a necessidade de intervenção para a defesa das províncias ultramarinas, perante os ataques alemães à sua integridade. Muitos, contudo, argumentavam que o não alinhamento poderia levar a Inglaterra, mais tarde, a assumir qualquer veleidade que pusesse em perigo as colónias portuguesas.

O «perigo espanhol» é outro dos clássicos argumentos apontados para que fosse abandonada a neutralidade. A Espanha, pró-germânica, poderia invadir Portugal. Não esqueciam, além do mais, os defensores da intervenção portuguesa que, durante os primeiros anos da República, a Espanha apoiara flagrantemente a causa da monarquia, facilitando as incursões e debilitando, assim, o novo regime. O «perigo espanhol», causa tão determinante para alguns da atitude da República, em breve se esconjurará, numa demonstração cabal de que esse não era motivo a considerar. Só quando a Inglaterra pede a apreensão dos navios alemães surtos em portos portugueses é que o nosso país encontra o almejado pretexto para forçar a beligerância. Portugal, além do mais, entraria na guerra como aliado, e com a aquiescência da Inglaterra que, em Fevereiro de 1916, lhe oferece essa justificação.

No seu bem documentado estudo, Nuno Severiano Teixeira que, a somar a uma fértil pesquisa documental, consultou memórias, diários, apontamentos de intervenientes nas diversas tentativas governamentais conducentes à criação do estado de guerra, não descurou, igualmente, a observação pormenorizada da imprensa partidária. Com base nesses elementos, analisou aquilo que apelidou de «estranha neutralidade», uma designação certa se se atender às manobras levadas a cabo e sob a condução do chefe do Partido Democrático. Efectivamente, perante a multiplicidade de ideologias partidárias, os problemas sociais e económicos não resolvidos e já a braços com incompatibilidades no sector militar, Afonso Costa vai tornar-se o chefe dos governos radicais do Partido Democrático, o partido da guerra e da beligerância activa. As rivalidades existentes no seu seio e, pior ainda, nos sectores sociais, patenteiam a extrema divisão dum país onde se encontravam pacifistas e patriotas no movimento operário, anglófilos e germanófilos entre os excluídos – católicos e monárquicos – e, por fim, no próprio regime, sectores extremados entre moderados e radicais, intervencionistas e não intervencionistas. Não deixa de ser curioso que os mais moderados e não intervencionistas se situavam na esfera dos governos militares, os quais propugnavam uma tentativa de neutralidade equidistante e não intervencionista (Pimenta de Castro, Sidónio Pais). Como acertadamente afirma Nuno Severiano Teixeira, era aí que residiam os que mais hesitavam porque melhor conheciam as insuficiências da organização do exército português, o mesmo que veio a perder milhares dos seus homens na batalha de La Lys.

O autor, em ricas e bem fundamentadas páginas, oferece-nos o panorama analítico da evolução da estratégia política de cada um dos partidos: unionista, evolucionista, radical, democrático, socialista, não esquecendo os que, até há pouco, haviam sido praticamente excluídos. Não deixa ainda de se considerar e salientar o movimento «regenerador» que a jovem república entretanto suportara. Refere-se a ditadura de Pimenta de Castro que termina com a Revolução de 14 de Maio de 1915, que o autor considera entre as múltiplas barreiras que obstavam ao progresso do novo regime e que, cada vez mais, contrariavam a legitimação da República. O seu estudo contribui, igualmente, para caracterizar uma figura extremamente polémica da I República – Afonso Costa –, chefe dum partido preponderante mas igualmente desunido e diversificado em extremos de moderação e radicalismo e que pretendeu transformar no partido da guerra, ou melhor, um partido nacional que, no esforço da guerra, se aglutinasse como o partido da República. Instrumentalizou a guerra ao serviço dos interesses da política interna, tentando, assim, consolidar o regime republicano. Procurou, obstinadamente, que os seus compatriotas desiludidos, mesmo os que não eram seus adeptos políticos, colaborassem na epopeia salvadora e legitimadora da unidade impossível. O pólo aglutinador com que Afonso Costa procurou transformar o Partido Democrático não surtiu os efeitos desejados mas possibilitou, ao menos, a realização do seu desejo intervencionista sobre a «estranha» mas possível neutralidade.

Nuno Severiano Teixeira não é um principiante. Anteriores trabalhos demonstram o seu conhecimento sólido das novas contribuições historiográficas e metodológicas atinentes ao sector da ciência política e das relações internacionais. Da análise minuciosa a que procedeu sobre os anos que antecederam a guerra, no que respeita à situação social, económica e moral do país, concluiu que a intervenção portuguesa se situou num âmbito bem mais amplo do que o que até então se configurara. Num esforço de louvar, ao pretender provar a sua tese, ofereceu-nos uma obra estruturada, honesta e esclarecedora. Ele próprio terá hoje noção mais exacta sobre a necessidade de novos estudos relativos à situação económica que então vivia o país, às relações diplomáticas com outras nações no início do século xx, nomeadamente com a Alemanha e outros países que tomaram parte activa na Grande Guerra, para, assim, fortalecer as suas conclusões. Igualmente, estará consciente da necessidade de continuar o seu trabalho, aproveitando o muito que investigou para, num futuro próximo, nos oferecer um estudo global sobre a efectiva participação de Portugal no conflito. Como poucos, está habilitado e saberá colmatar um sector de estudos históricos que muitos apelidam de História Militar mas que, como no trabalho em apreço e nos que esperamos em breve sejam dados à luz, se patenteará a globalidade de uma época marcante e ainda muito desconhecida da vida portuguesa.

A «nova história» política fez claudicar conceitos que procuravam quase exclusivamente como causas da eclosão de guerra factos de ordem externa: os intrincados sistemas de alianças ou os imperialismos exacerbados a conduzirem os negócios políticos. A excessiva concentração nos documentos político-diplomáticos conferia aos historiadores uma possibilidade de justificar – como no caso alemão – a razão de ser das iniciativas bélicas. Ranke e o seu positivismo historicista enquadram esta visão seguida, quase até aos nossos dias, e que se fundava «na autonomia da história diplomática e no primado da política externa». A contestação deste modelo é posta em causa em anos recentes em dois debates incidentes no campo historiográfico da I Grande Guerra. Fritz Fisher (*Germany's Aims in the First World War*, Londres, 1972) avalia o grau de responsabilidade da

Alemanha na eclosão da guerra e na sua condução e mostra o peso da política interna e das pressões económicas e sociais no quadro bélico. Surge uma nova correlação na metodologia de estudo dos conflitos internacionais face aos conflitos internos. Nuno Severiano Teixeira toma em consideração os estudos de Fischer e os debates teórico-metodológicos sugeridos em novas propostas por Arno Mayer<sup>1</sup>, que formula um modelo baseado na correlação entre a violência interna e o conflito internacional. Quanto maior é o grau de instabilidade e violência na política interna, maior é a propensão para desencadear a guerra ao nível internacional. A guerra é vista como manobra de diversão ou prevenção em relação à resolução de problemas políticos, sociais, económicos e ideológicos intestinos. Igualmente os pressupostos teorizados por Peter Lowen Haag se vão ajustar ao seu estudo pois encontra neste ensaísta um paralelismo crítico em relação aos modelos tradicionais e uma teoria similar é exposta no quadro analítico de Arno Mayer acrescentando-lhe, contudo, um factor psicológico abrangendo o conceito de agressividade – funcionamento mental e das atitudes face à guerra<sup>2</sup>.

Nuno Severiano Teixeira, no desenvolvimento do seu estudo não aceitando, obviamente, os modelos de análise tradicionais e não utilizando «integralmente nenhum dos modelos em particular», integra no seu quadro mental a problemática geral que deles decorre, procurando e conseguindo, plenamente, a sua adaptação ao caso concreto dum Portugal republicano que intervém na I Grande Guerra. Portugal não quis deixar de entrar no contexto das potências europeias, o Partido Democrático quis legitimar o regime e ser o seu pólo aglutinador. Desejou, igualmente, ter um lugar na Conferência da Paz. Temeu pela integridade das colónias. Preocupou-se, mais uma vez, pela integridade das suas fronteiras face ao «perigo espanhol». Mas as expectativas de tão ingente esforço económico, o sacrifício de tantas vidas não salvou a República, e muito menos o Partido Democrático. Além de Afonso Costa, outros políticos destacados haviam defendido e apadrinhado a intervenção portuguesa: António José de Almeida, Bernardino Machado, João Chagas e tantos mais. A fidelidade à aliança inglesa e os benefícios que se poderiam retirar da presença de Portugal na Conferência da Paz são razões invocadas. Para muitos dirigentes, a entrada na guerra poderia significar uma libertação face à tutela inglesa, posição paradoxal quando, com o desenvolver dos acontecimentos, e no próprio teatro do conflito, se vai verificar que a posição nacional se assumirá em grande medida como prolongamento da acção inglesa. A ligação a uma «grande causa» para conquistar a legitimidade perante as clivagens nacionais não surtiu os efeitos desejados. O «armistício», saudado por evolucionistas, unionistas e democráticos, possibilitou, no plano material, a recuperação do território de Quionga, na posse dos alemães desde 1894. No plano humano e moral ficou patente a atitude digna do último rei de Portugal que, exilado em Londres, esqueceu ressentimentos e colaborou activamente na defesa dos interesses nacionais no tablado internacional. A I República teve, após a guerra, mais oito anos de duração com muitos governos, muitas preocupações e sem almejar a resolução dos seus problemas políticos, sociais e económicos, antes construindo os ingredientes que viriam a propiciar a Ditadura Militar e logo de seguida a do Estado Novo que, por longas décadas, governou o país. O regime republicano acabou por criar mais um factor da sua própria destruição. A mitologia criada com afinco por Afonso Costa e todos aqueles, mesmo os seus opositores, que sonhavam terminar com as tensões sociais, viram goradas as suas intenções e a República a caminhar para a etapa final da sua destruição. A participação portuguesa na I Grande Guerra serviu, contudo, para alimentar um certo

nacionalismo vivido, então, pelos republicanos, mesmo os de boa-fé, que, nessa intervenção, vislumbravam a continuidade de uma gesta heróica construída num discurso nacionalista, o qual, ainda depois de 1918, pretendeu ocultar as divisões internas. Salazar daria o seu apoio à simbologia criada à volta do sangue vertido pelo povo português e do sacrifício oferecido à exaltação da nação, jamais incluindo, nas suas críticas à República, um dos mais salientes fracassos da sua curta existência. «A passo lento mas firme entrámos na velha tradição» (Salazar).

#### **NOTAS**

- 1 Arno Mayer, «Internal Causes and Purposes of War in Europe 1870-1956: a Research Assignment», in *Journal of Modern History*, vol. 41, n.º 3, Setembro de 1969, pp. 291-303.
- 2 Arno Mayer, «Internal Causes and Purposes of War in Europe 1870-1956: an Inadequate Model of Human Behavior National Conflict and Historical Change», vol. 42, n.º 4, Dezembro de 1970, pp. 628-636.